

A SUPREMACIA DA NORMA-PADRÃO DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

d.o.i. 10.13115/2236-1499v2n19p55

Edvania Monteiro da Silva (UCAM)

Resumo: A capacidade de se comunicar através da língua, tanto na modalidade falada quanto na escrita é uma característica exclusiva da espécie humana; por isso desde o período Helenístico que florescem estudos acerca da linguagem. À vista disso, o presente trabalho visa discutir o fenômeno da supremacia linguística atribuída a norma-padrão no ensino de língua materna no contexto educacional brasileiro, visando suas consequências, bem como o desenvolvimento do preconceito linguístico dentro desse campo. Para tanto embasamo-nos teoricamente nos postulados da Sociolinguística Educacional, tendo como suporte os estudos de Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2014); Hymes (1966); Bagno (2007, 2014); Bezerra e Lêdo (2016), Mussalim e Bentes (2012), dentre outros.

Palavras-chave: Supremacia da norma, Ensino de Língua Portuguesa, Sociolinguística Educacional, Silenciamento linguístico, Estigmatização.

Resumen: La capacidad de comunicarse a través de la lengua, tanto en la modalidad hablada como en la escritura es una característica exclusiva de la especie humana; por eso desde el período Helenístico que florecen estudios acerca del lenguaje. A la vista de ello, el presente trabajo busca discutir el fenómeno de la supremacía lingüística atribuida a la norma estándar en la enseñanza de lengua materna en el contexto educativo brasileño, visando sus consecuencias, así como el desarrollo del prejuicio lingüístico dentro de ese campo. Para ello nos basamos teóricamente en los postulados de la Sociolingüística Educativa,

teniendo como soporte los estudios de Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2014); Hymes (1966); Bagno (2007, 2014); Bezerra y Lêdo (2016), Mussalim y Bentes (2012), entre otros.

Palabras-clave: Supremacia de la norma. Enseñanza de Inglés. Sociolingüística Educacional. Silenciamiento lingüístico. Estigmatización.

Introdução

Sabe-se que o Brasil é um país rico no que diz respeito ao pluralismo cultural, isto é, basta olhar o processo histórico para se deparar com as diversas etnias que constituíram nossa sociedade.

Nessa conjectura empreendemos que essa heterogeneidade social reflete diretamente nas formas linguísticas utilizadas pelos habitantes ao longo de todo território nacional. Desse modo reconhecemos a existência das variedades linguísticas dentro da Língua Portuguesa brasileira como algo inerente e sistemático. Todavia, constatamos que, no que diz respeito ao ensino de língua materna na maioria das vezes a norma-padrão ditada pela gramática normativa exerce uma supremacia entre as demais formas da linguagem.

A partir desse contexto, empreendemos ao longo desse trabalho científico promover reflexões acerca do ensino do português no contexto educacional brasileiro, identificando as consequências trazidas por uma prática restrita a perpetuação da norma, sem preocupar-se com

os efeitos causados no corpo discente e, portanto, na sociedade como um todo. Tratamos também dos assuntos interligados a esse processo, como é o caso do preconceito linguístico, do silenciamento e da exclusão no campo linguístico/social.

A fundamentação teórica dar-se à luz da Sociolinguística Educacional, por intermédio das obras de autores como Bortoni-Ricardo (2014; 2005; 2004), Zilles e Faraco (2015), Bagno (2003; 2007), Coracine (2007), Mussalim e Bentes (2012) dentre outras.

Desenvolvimento

Não é novidade que a Língua Portuguesa falada atualmente em todo território brasileiro sofreu várias alterações desde sua imposição ainda no período colonial, isto é, há uma questão histórica que envolve o idioma oficial do país, pois sabe-se que durante muito tempo fomos uma extensão territorial de Portugal e que os dialetos indígenas predominavam todo o território nacional, todavia assim como as normas, os costumes e a cultura, a língua Portuguesa também foi imposta à toda a população da época (maioria índios, negros e pessoas pobres).

Nesse contexto o Marquês de Pombal no ano de 1757, proibiu em território brasileiro o ensino de qualquer outra língua que não fosse a portuguesa, instituindo assim o Português como idioma oficial. Entretanto esse processo de transição dos dialetos indígenas para o

Português de Portugal não foi nada pacífico, pois conforme Bagno (2007, p. 78) “... O português só se tornou a língua majoritária do nosso povo depois de um longo processo de repressão sistemática, incluindo o extermínio físico de falantes de outras línguas”. Desse modo, mesmo com o processo de independência política do Brasil, o Português até hoje é o idioma oficial.

Outro fato marcante no campo político linguístico brasileiro foi o processo de Democratização do ensino ocorrido na década de 1960, onde as camadas sociais mais pobres e das zonas rurais passaram a ter acesso à educação. Esse fator acabou acarretando profundas mudanças no sistema educacional do país, uma vez que o grande aumento não planejado da clientela nas escolas, ocasionou graves consequências no campo de ensino como: a desvalorização da profissão docente, alterações na qualidade de ensino, dentre outras. Já no que tange ao campo linguístico houve uma miscigenação entre as variantes utilizadas pelas classes sociais médias/altas e as camadas com pouco ou nenhum poder aquisitivo que passaram a ambientar a escola, desse modo a variação linguística mais do que nunca se impõe dentro das salas de aula.

Todavia, essas variantes linguísticas originárias das classes populares tidas como “inferiores” por possuírem um menor poder econômico, foram ferozmente criticadas, perseguidas e relegadas às

margens do que denomina-se convencionalmente de “erro”¹. Bortoni-Ricardo (2004, p. 33-34) ressalva que:

[...] os falantes que são detentores de maior poder – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam. Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais.

Desse modo o ensino de Língua Portuguesa no âmbito escolar restringiu-se apenas a disseminação das regras contidas na gramática normativa, negligenciado as variedades linguísticas presentes nas salas de aula de todo país. Outro fator notável em relação ao ensino de língua materna é a cobrança de princípios linguísticos que só fazem sentido em solo português, isto é, a norma-padrão pregada pela gramática se espelha no uso elitista europeu e estigmatiza o brasileiro. À vista disso Bagno (2007, p. 26) aponta que

No que diz respeito ao ensino de português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas

¹As aspas indicam uma definição criada convencionalmente, uma vez que essa não possui nenhum fundamento teórico.

usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os portugueses falam.

É evidente que ao decorrer do tempo o Brasil se desenvolveu politicamente, economicamente, dentre as demais esferas que resultaram na evolução social. Todavia não podemos esquecer que nesse processo a língua também sofreu alterações, uma vez que é notório a noção de que ela evolui de acordo com a sociedade, “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes” (CALVET apud MUSSALIM, BENTES, 2012, p. 51).

Nessa conjectura Marcos Bagno (2007, p. 23) postula o que podemos denominar de dicotomia linguística, isto é, através dos processos evolutivos ocorridos na sociedade após sua autonomia política, nos dias atuais podemos afirmar que existe o Português do Brasil – PB e o Português de Portugal – PP.

Quando dizemos que no Brasil se *fala português*, usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. Do ponto de vista linguístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma *gramática* — isto é, tem regras de funcionamento — que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em Portugal. Por isso os linguistas (os cientistas da linguagem) preferem

usar o termo *português brasileiro*, por ser mais claro e marcar bem essa diferença.

É esse PB que comporta um alto grau de variabilidade linguística, à medida que reflete a multiculturalidade brasileira, este processo caracteriza o que denominamos de heterogeneidade linguística. Em outras palavras, conceituamos que:

a língua [...] é intrinsecamente heterogênea, *múltipla, variável, instável* e está sempre em *desconstrução e reconstrução*. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um *processo*, um *fazer-se* permanente e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um *trabalho coletivo*, empreendido por seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita. (BAGNO, 2007, p. 36)

Nesse sentido “[...] Língua e sociedade estão indissolivelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra” (BAGNO, 2007, p. 38).

Entretanto, a variação linguística que é algo natural e constituinte de nosso idioma muitas vezes é vista nas escolas como “[...] um problema e não como uma característica inerente à língua” (BEZERRA; LÊDO, 2016, p. 78), desse modo qualquer uso da linguagem que se distancie das regras gramaticais é veementemente

criticado. Dito de outro modo, reconhecemos que a escola trabalha com a dicotomia do certo vs. errado, excluindo de seu campo as variedades presentes no vocabulário do corpo discente, constituindo o que Mussalim e Bentes (2012) denominam de *violência simbólica*. Desta forma

a função da escola tem sido precisamente esta: manter e perpetuar a estrutura social, suas desigualdades e os privilégios que confere a uns em prejuízo de outros, e não, como se apregoa, promover a igualdade social e a superação das discriminações e da marginalização.[...] a escola exerce um poder de *violência simbólica*, isto é, de imposição, às classes dominadas, da cultura — aí incluída a linguagem — das classes dominantes, apresentadas como a cultura e a linguagem *legítimas*: a escola converte a cultura e a linguagem dos grupos dominantes em saber escolar *legítimo* e impõe esse saber aos grupos dominados. (BOURDIEU; PASSERON, 2001, p. 54).

Ao promover essa exclusão e certos julgamentos acerca da língua, as instituições educacionais acabam contribuindo para a perpetuação do Preconceito Linguístico, cujo intuito resume-se em prestigiar algumas formas linguísticas e estigmatizar outras, sem nenhuma fundamentação teórica. Em relação a isto Bagno (2003, p. 16) ainda aprofunda as reflexões quando afirma que:

o preconceito linguístico não existe. O que existe, de fato, é um profundo e entranhado preconceito social.

A Supremacia da Norma-Padrão... - Silva

[...] fazer essa mesma discriminação com base no modo de falar de uma pessoa é algo que passa com muita “naturalidade”, e a acusação de “falar errado”, “atropelar a gramática” ou “não saber português” pode ser proferida por gente de todos os aspectos ideológicos, desde o conservador mais empedernido até o revolucionário mais radical.

Essa exigência de que os falantes dominem a norma-padrão em sua totalidade caracteriza uma utopia, uma vez que “[...] A norma padrão não constitui uma variedade real, na medida em que se trata de um modelo idealizado, que não se realiza efetivamente por não ser falado por nenhuma comunidade ou grupo” (BEZERRA; LÊDO, 2016, p. 76)

Desta forma, o ensino de LP está alicerçado primordialmente na supremacia da norma padrão, condição que não tem se mostrado efetivamente satisfatório, visto que a imposição dessas regras que não condizem com a realidade do alunado acaba gerando graves consequências no ensino, devido ao silenciamento dos antecedentes culturais e linguísticos desse público, provocando uma espécie de insegurança linguística, em que muitas vezes eles deixam de se expressarem por receio de serem repreendidos pelo professor, ou quando o fazem tem suas variedades linguísticas taxadas como “erro”, infelizmente essa prática tornou-se um dos motivos para o alto índice de evacuação e repetência escolar.

A Supremacia da Norma-Padrão... - Silva

Ensina-se uma língua que pouco ou em nada tem a ver com o aluno, mas se deseja que ele a domine, que seja por ela constituído, que a digira, que nele se invista [...] Mas, como, [...] se o aluno é submetido pelo poder institucionalmente legitimado que o silencia e anua? (CORACINE, 2007, p. 147).

Na tentativa de reverter esse processo hegemônico constituinte no ensino de língua materna, floresce em solo brasileiro os pressupostos teóricos provindos da Sociolinguística Educacional, que é definida por Bortoni - Ricardo (2014, p. 158) como "[...] o esforço de aplicação dos resultados das pesquisas sociolinguísticas na solução de problemas educacionais e em propostas de trabalho pedagógico mais efetivo [...]", isto é uma visão que trate da língua em toda sua imanência, comportando tanto as regras fixadas pela gramática, quanto as variedades da mesma.

Constituída através da participação de três premissas básicas segundo as colocações de Bortoni-Ricardo (2005), respectivamente: o relativismo cultural; a heterogeneidade linguística inerente e sistemática; e, a relação dialética entre forma e função. Na qual a primeira provém da corrente estruturalista, considerando as línguas iguais funcionalmente, excluindo a ideia de superioridade e inferioridade dentro deste campo; a segunda retoma os princípios Labovianos que considera a língua como um sistema passível de

modificações de acordo com o social; e a última, desenvolve o conceito de competência comunicativa postulado por Dell Hymes (1966).

Um ensino de LP fomentado teoricamente a partir dos pressupostos constituintes da Sociolinguística Educacional, vem para estabilizar uma articulação entre a norma-padrão e as variedades linguísticas, isto é, ambas devem ser abordadas de maneira contextualizada e reflexiva, ampliando a capacidade comunicativa do alunado.

Nesse sentido a dicotomia de *certo vs. errado* deveria ser substituída pelos termos *adequado e inadequado*, mediante a situação comunicativa vivenciada pelo usuário. Monteagudo (2011, p. 44) acentua que:

[...] a noção que corresponde à de correção é a de “adequação”, que nos permite falar de variantes apropriadas ou aptas, variantes aceitáveis e variantes inadequadas. As primeiras se podem definir como “uso não marcado em relação ao contexto de um dado enunciado”. Assim, não se reconhecerá uma norma única, mas várias normas específicas segundo o contexto, o meio social, o lugar, o indivíduo. Não se trata de uma simples mudança de nomenclatura, mas de legitimar os juízos de adequação associados à noção de norma objetiva de cada variedade [...]

Dessa forma o ensino de LP cumpriria os direcionamentos regulamentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's acerca do trato das variedades linguísticas no contexto escolar

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falarem certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa... A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem. (PCNs, 1998, p. 31)

Contribuindo para o desenvolvimento da Competência Comunicativa postulada por Dell Hymes (1966), que introduz a inserção da noção de adequação, na qual os indivíduos tendem a amoldar as ocorrências linguísticas de acordo com o contexto situacional comunicativo, ou seja, “habilitar o falante a comunicar-se de modo aceitável com qualquer interlocutor, de seu grupo social ou da sociedade mais ampla, investido de qualquer papel social que lhe for atribuído”. (HYMES apud BORTONI-RICARDO)

Haja vista o que fora discutido, concebemos que a abordagem dada a questão das variedades linguísticas no contexto educacional de

LP na conjectura atual ainda é incipiente e, muitas vezes inexistente. Desse modo reconhecemos a importância do desenvolvimento de trabalhos científicos que abordem o assunto e sirvam de referencial teórico no desenvolvimento de uma prática pedagógica sensível, no educar para incluir.

Considerações Finais

Não é novidade que a Sociolinguística Educacional, principalmente em solo brasileiro é uma ciência ainda tida como nova; e que cada vez mais vem ganhando espaço dentro do contexto educacional do país, tendo em vista sua incorporação aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's e os trabalhos científicos desenvolvidos na área. Todavia, reconhecemos que apesar dessas evoluções, muitas vezes o trato com as variedades linguísticas no processo de ensino ainda ocorre de maneira equivocada, visto que a supremacia concedida a norma-padrão ainda impera nesse campo.

À vista disso, o desenvolvimento desse artigo visa contribuir para uma reflexão acerca da realidade escolar no que tange ao ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras. Embasando-se nos preceitos teóricos postulados pela Sociolinguística Educacional, ao tratar da língua em quanto artefato heterogêneo e social. Além de discutir sobre as consequências geradas pelo processo de estigmatização linguística, o silenciamento, a exclusão das variedades; em suma os componentes do

Preconceito Linguístico, que infelizmente ainda está arraigado no seio de nossa sociedade.

Contudo, esperamos contribuir no desenvolvimento de um ensino de língua materna reflexivo e contextualizado, isto é, que respeite a heterogeneidade linguística, fazendo sentido para o alunado e principalmente que não exclua suas formas de utilizar a linguagem, ao mesmo tempo que auxilie no processo de ampliação da Competência Comunicativa – CC, em que o falante tem a possibilidade de exercer o amoldamento linguístico de acordo com a situação comunicativa vivenciada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português** – encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49ª. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2007. _____. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BEZERRA, Benedito Gomes. LÊDO, Amanda Cavalcante de Oliveira. **Concepções de alunos sobre língua e escrita em dispositivos móveis**. Hipertexto: Revista digital. v.14, abril 2016.

BORTONI-RICARO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: A sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Sociolinguística Educacional.** ABRALIN, 2009. Disponível em <http://www.stellabortoni.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=901: título: [_soiolioguistiia_iuiuaiiooal&catid=1:postartigos&Itemid=61](http://www.stellabortoni.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=901)>, acesso em 05 de agosto de 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORACINE, Maria José. **Nossa língua:** materna ou madrasta? – Linguagem, discurso e identidade. In: _____. A celebração do outro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 135-148.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONTEAGUDO, Henrique. **Variação e norma linguística:** Subsídios para uma (re)visão. In: _____. Políticas da norma e conflitos linguísticos. São Paulo: Parábola, 2011. p. 15-49.

MUSSALIM, Fernanda. Bentes, Ana Christina. (Org). **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 17^a. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. (org.). **Pedagogia da variação linguística:** língua, diversidade e ensino. 1^a ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 1930.